

**A TRANSVERSALIDADE DO GÊNERO:  
desafiando cânones nos estudos brasileiros do trabalho<sup>1</sup>**

***GENDER TRANSVERSALITY:  
challenging the canons in Brazilian studies of work***

---

Nadya Araujo Guimarães\*

**Resumo**

Este artigo se desenvolve ao redor de uma noção, a de “transversalidade do gênero”. Do ponto de vista intelectual, essa categoria ajuda a entender como se realizou no Brasil uma virada metodológica, a que recusava a atribuir à condição de sexo o estatuto de mera variável independente, acionada para explicar a diversidade nos resultados alcançados por homens e mulheres tanto no acesso como na mobilidade e remuneração no trabalho. Isso trouxe, como consequência teórica, assumir que a natureza das relações sociais de sexo nos cotidianos de trabalho seria incompreensível, porque inseparável, da maneira como a divisão sexual do trabalho se constituía no mundo extratrabalho. As protagonistas desse esforço foram estudiosas das interfaces entre gênero, processos e mercados de trabalho, que conseguiram incluir tal debate na agenda da recém-constituída Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), notadamente via os GTs “Processo de trabalho e reivindicações sociais” e “A mulher na força de trabalho”. Inspiravam-nas tanto a literatura feminista como os avanços da história social do trabalho e as novas tendências do marxismo acadêmico. Duas intelectuais sediadas fora do Brasil foram decisivas nesse movimento, Daniele Kergoat e Helena Hirata, “tradutoras” entre mundos acadêmicos diversos. Neste artigo, ao retrazar os caminhos pelos quais suas ideias penetraram o debate brasileiro, podemos acompanhar como se reconfiguraram os estudos do trabalho no Brasil, observando o entrecruze entre histórias pessoais, intelectuais e institucionais.

**Palavras-chave:** Gênero. Trabalho. Danièle Kergoat. Helena Hirata.

**Abstract**

This article develops around the notion of “gender transversality”. From an intellectual point of view, this category helps us to grasp how a methodological turn occurred in Brazilian gender studies, which refused the understanding of “sex” as a mere independent variable, triggered to explain the unequal results achieved by men and women in access, mobility and rewards in the labor market. As a theoretical consequence, researchers assumed that understanding social relations among men and women in the workplace required grasping the characteristics of the sexual division of labor outside the workplace. The protagonists of this effort, experts in the interfaces between gender, labor processes and labor markets, succeeded on including this debate in the agenda of ANPOCS, the Brazilian Association of Graduate Studies and Research in Social Sciences, via its working groups on “Labor process and social demands” and “Woman in the labor force”. Their inspiration was threefold: the feminist literature, the new developments in the social history of work, and the academic Marxism. Two researchers based outside Brazil played a decisive role in this intellectual movement, Danièle Kergoat and Helena Hirata, performing as “translators” between different academic worlds. In this article, by retracing the arrival of their ideas in the Brazilian debate, it is possible to track changes and advances in the studies of work in Brazil, through the lenses of the intersection between personal, intellectual and institutional pathways.

**Keywords:** Gender. Work. Danièle Kergoat. Helena Hirata.

---

<sup>1</sup> Agradeço a leitura e comentários recebidos da consultoria *ad hoc* da Revista, bem como de Alice Rangel de Paive Abreu, Antonio Sergio Alfredo Guimarães, Mariana Chaguri e Helena Hirata.

\* Doutora em Sociologia pela *Universidad Nacional Autónoma de México*. Professora Titular Sênior do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo e pesquisadora I-A do CNPq associada ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). E-mail: nadya@usp.br

### **Entrecruzando histórias intelectuais, institucionais e pessoais**

Em 1990, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) decidiu testar um novo formato para os seus encontros anuais. Intuíam-se que as reuniões assentadas em debates travados nos Grupos de Trabalho (GTs), conquanto nutrissem produtivas controvérsias, mantinham os especialistas e suas ideias aprisionados nos limites das suas próprias “tribos”. Com efeito, os GTs haviam funcionado, até então, como os espaços por excelência de legitimação de temas, os quais tinham sua centralidade avalizada pela existência de um grupo de *experts* a eles dedicados. Mas eram também espaços de consagração de pesquisadores. Afinal, compor o seletivo grupo dos que ali expunham seus trabalhos era um indubitável sinal de reconhecimento acadêmico, que poderia ser transformado em consagração quando se alcançava a honraria de ter o texto veiculado no anuário que reunia o melhor do que circulava entre os grupos mais reconhecidos.

Todavia, o bem-sucedido formato, adotado nos treze primeiros anos de vida da Associação, continha o risco de fragmentar os debates e insular os pesquisadores. As evidências eram desafiadoras. Por um lado, a velocidade com que se multiplicavam os centros, os programas e, em especial, os novos cientistas sociais neles acolhidos mostrava que a “dança de cadeiras” por lugares proeminentes na veiculação de ideias se tornava de difícil gestão. Assim, em 1989, pouco mais que dez anos após a criação da Associação, o número de grupos de trabalho em atividade já se aproximava de quatro dezenas. Por outro lado, assumindo que a agenda das Ciências Sociais brasileiras se refletia no rol de temas contemplados pelos grupos, havia que “oxigenar” esse rol, evitando cristalizá-lo na forma de GT. Em outras palavras, a institucionalização do campo, que marchara a passos largos no país nos anos 1980, punha desafios aos fóruns nacionais de interlocução científica. Havia, portanto, que correr o risco de inovar, elegendo, a cada triênio, alguns poucos temas que fossem não apenas relevantes para o debate, mas que também cortassem transversalmente as temáticas que vinham sendo tratados nos GTs e que, desse modo, reintegrassem “tribos” e renovassem debates. Uma vez “embaralhadas as cartas”, seria possível retomar o jogo em novas bases, com um leque renovado de grupos de trabalho. Assim, em 1990, o 14º Encontro Anual estruturou-se pela primeira vez nos chamados “Seminários Temáticos” (STs) e não nos usuais GTs.

Nesse momento, o campo dos estudos sobre mulher deu um passo importante para consolidar o seu lugar nas Ciências Sociais. Logrou aprovar a realização do Seminário Temático número 11, feito cuja relevância pode ser aferida pelo fato de que foram apenas vinte as propostas selecionadas para inaugurar o novo formato. O tema, de todo significativo para o interesse deste artigo, era precisamente o d’ “A transversalidade do gênero nas Ciências Sociais”. Desse modo, entre 22 e 26 de outubro de 1990, juntaram-se intelectuais que atuavam em campos tão diversos como os do gênero, do trabalho, do sindicalismo e dos movimentos sociais. Desafiava-os o intuito de criar sinergias entre debates que vinham correndo, de certo modo em paralelo, em

quatro diferentes GTs: “Movimentos sociais e urbanos” (GT-8), “A mulher na força de trabalho” (GT-12), “Mulher e política” (GT-15), e “Processo de trabalho e reivindicações sociais” (GT-30). Atente-se, contudo, que era no campo dos estudos gênero que se buscava o eixo capaz de cortar transversalmente, integrando, duas outras temáticas-chave, a do trabalho e a da ação coletiva.<sup>2</sup>

Mas esse era um debate que transcendia a ANPOCS. Simultaneamente, a Fundação Carlos Chagas, com apoio da Ford Foundation, encomendara um conjunto de trabalhos para avaliar o estado da arte e as perspectivas para o desenvolvimento, no Brasil, dos então chamados “estudos sobre mulher”, no que ficou conhecido como “o Seminário de São Roque” (localidade em São Paulo onde ocorreu o evento). Era o mesmo ano de 1990 e os grupos mobilizados nos dois eventos se enlaçavam, seja pela sobreposição entre algumas das participantes, seja pela recorrência entre alguns dos textos apresentados (em outubro, em Caxambu, e em novembro, em São Roque). Num como no outro caso, o centro do interesse estava na trajetória e nos desafios desse domínio de estudos.

Ora, não são carentes de significado, por um lado, a multiplicidade de instituições envolvidas e, por outro, a convergência no tempo e nos alvos. Tudo isso está a documentar, para tomar as palavras de Albertina Costa e Cristina Bruschini (COSTA; BRUSCHINI, 1992, p. 6), que “Na década de 80, a visibilidade do tema é nítida e a vitalidade da produção acadêmica sobre mulher é invejável”. Por isso mesmo, concluía,

A necessidade de uma avaliação se fazia sentir agudamente em razão do acelerado processo de expansão da área, ocorrido na última década. As batalhas de legitimação acadêmica foram travadas e vencidas na década de 70, quando o tema emergiu da invisibilidade sob o impacto da mobilização feminista. (COSTA; BRUSCHINI, 1992, p. 6, grifo nosso).

Com efeito, a década de 1970 estabeleceu as bases para a constituição do campo no Brasil, no entrecruzamento entre trajetórias pessoais, intelectuais e político-institucionais. A Primeira Conferência Mundial sobre a Situação da Mulher, realizada em 1975, na Cidade do México, durante o “Ano Internacional da Mulher”, chamara a atenção do mundo para a persistência da discriminação. Metas e objetivos assentados no tripé equidade-desenvolvimento-paz foram fixados para os Estados participantes, e o Brasil era um deles. Passavam a estar na ordem do dia alvos como assegurar equidade de direitos no que concerne à educação, oportunidades de emprego, participação política e acesso a serviços sociais básicos, como saúde, habitação,

---

<sup>2</sup> Não sem razão, a proposta de ST foi coordenada por duas reconhecidas feministas, Lena Lavinas e Lourdes Bandeira, a indicar a proeminência desse campo na tessitura do evento. Expunham seus resultados intelectuais que provinham de diversas afiliações temáticas, teóricas e disciplinares, como: Maria Celia Paoli, Heleieth Saffioti e Luis Antonio Machado da Silva (em mesa sobre novos sujeitos sociais e reapropriação do conhecimento); Antonio Sergio Guimarães, Roque Aparecido da Silva, Elizabeth de Souza Lobo e Magda Neves (em mesa sobre práticas discursivas e dispositivos de controle); Celi Pinto, Albertina Costa, Jacqueline Pitanguy (em mesa sobre poder, institucionalização e marginalidade); Lena Lavinas, Mary Castro, Eleonora Menicucci de Oliveira e Lourdes Bandeira (em mesa sobre a trajetória da produção acadêmica sobre gênero nas Ciências Sociais). Na condição de comentaristas, somaram-se ainda Alice Abreu, Ricardo Antunes e Fernando Azevedo.

nutrição e planejamento familiar. Uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas estabelecera, inclusive, que os dez anos subsequentes (1976-1985) seriam a “Década da Mulher”, prazo em que as metas deveriam ser monitoradas.

A preparação da participação brasileira na conferência, conduzida pelo governo do general Ernesto Geisel, havia sido objeto de intensas críticas e mobilizações para garantir a presença de feministas engajadas que, embora excluídas da delegação oficial, lutaram para se fazer presentes na Tribuna Alternativa, que corria em paralelo à conferência oficial. Isso porque, no bojo da chamada “política de distensão”, múltiplos movimentos sociais vinham ganhando fôlego e se organizavam nas frestas do sistema político. Alvarez (1990, p. 83-109) documentou, com riqueza de evidências, como movimentos de mulheres e movimentos feministas se multiplicaram no Brasil urbano da segunda metade dos anos 1970.

According to most observers and movement participants, 1979 through 1981 were the peak mobilizational years of the contemporary Brazilian women’s movement. Feminist groups multiplied, numbering close to one hundred by 1980-1981. And dozens of new neighborhood women’s associations blossomed in Brazil’s urban periphery. (ALVAREZ, 1990, p. 110).

Eram movimentos que davam vazão às pressões por democracia e direitos, nutridas pela emergência de novos personagens na cena política (SADER, 1988), os “novos sujeitos sociais” pelos quais, não sem razão, se interessava o ST-11 sobre “A transversalidade do gênero nas Ciências Sociais” em sua primeira mesa de debates. Dentre esses personagens há que ter em mente também o papel desempenhado pelas intelectuais feministas, que retornaram ao Brasil ou restabeleceram seus elos com o país a partir da anistia em 1979. Como destacaram Alvarez (1990) e Ricoldi (2017), elas traziam tanto a familiaridade com o pensamento feminista europeu e/ou norte-americano, quanto a experiência com a organização de mulheres brasileiras no exílio, temperada pela vivência das práticas militantes nos países que as acolheram. Lena Lavinas, membro do “Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris”, a quem antes referi como uma das proponentes do ST-11, era um desses casos. Em entrevista à revista *Mouvements*, Helena Hirata, ela própria exilada em Paris e anistiada em 1979, assim se refere ao tema (ACHIN, 2013, p. 143):

M. : Pouvez-vous revenir un peu sur votre découverte du féminisme ?

H. H. : Je vous parlais du fait que je n’étais pas féministe avant de rencontrer des groupes de Françaises féministes (...) À l’époque il y avait ici en France le « Cercle des femmes brésiliennes à Paris » (Círculo de mulheres brasileiras). C’était des femmes exilées, arrivées ici en tant que réfugiées politiques, plutôt d’extrême gauche et qui ont commencé un groupe de femmes vers 1976-1977. (...)

M. : Dans ce cercle que vous avez rejoint en 1976-1977, est-ce qu’il y a des noms qu’on connaîtrait aujourd’hui ?

H. H. : Oui, Lena Lavinas, elle a fait partie du laboratoire Cultures et Sociétés Urbaines (CNRS) à une époque (...)

Retomando as palavras de Oliveira e Bruschini (1992, p. 6), nos anos 1970, o tema emergira da invisibilidade, sob o impacto da mobilização feminista. Mas, e ao mesmo tempo, essa foi também a década em que se venciam a batalha pela legitimação acadêmica desse campo. Os fatos são eloquentes. Assim, tão logo se constituiu a ANPOCS, em 1977, foram instituídos dois GTs, unicamente dedicados a estudos sobre a mulher: o Grupo “Mulher na Força de Trabalho” e o Grupo “Mulher e Política”, além de um terceiro voltado a um domínio conexo, “Família e Sociedade”.<sup>3</sup> Desde 1978, o tema já se fazia presente também na agenda da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP); e, em 1982, constituiu-se na Associação Brasileira de Antropologia (ABA) o GT “Identidade Feminina”. Ademais, entre 1978 e 1988, a Fundação Carlos Chagas, com o patrocínio da Ford Foundation, concedeu nada menos que 108 financiamentos de pesquisa no campo.<sup>4</sup> Não sem razão, na década de 1980, testemunhamos a crescente institucionalização desses estudos nas principais universidades brasileiras, onde foram criados sete núcleos de pesquisa apenas nos primeiros dez anos (RICOLDI, 2017), número esse que alcançaria 20 até o final dos anos 1980 (COSTA; BRUSCHINI, 1992).

Em suma, quando, em 1990, a comunidade de pesquisadoras decide se debruçar sobre a trajetória e os desafios postos a esse campo, seja encarando-os “desde dentro” (como no “Seminário de São Roque”), seja buscando suas sinergias com campos afins (como no ST-11), era chegada a hora de dar um salto de qualidade:

A sinalização de uma nova preocupação teórica foi dada pela introdução das temáticas de gênero e relações de gênero, respectivamente, nas reuniões de 1988 e 1990 da ABA, e da temática da transversalidade do gênero no 14º Encontro da ANPOCS. Esses conceitos, que nomeavam grupos de trabalho, vinham em substituição à temática da mulher na ANPOCS e da identidade feminina na ABA. (OLIVEIRA; BRUSCHINI, 1992, p. 7).

Várias autoras sublinharam como o movimento de passagem dos “estudos da mulher” para os “estudos das relações de gênero” importara um esforço de renovação teórica que, no Brasil, teve lugar nesse momento (OLIVEIRA; BRUSCHINI, 1992; HEILBORN, 1992; LAVINAS; CASTRO, 1992; SORJ, 1992). Nas seções subsequentes, tratarei de explorar um argumento complementar. Pretendo sugerir que tal movimento trazia embutido um ponto de partida metodológico, que se assentava na noção de “transversalidade de gênero”. Não sem razão, esse foi o nome escolhido para o ST-11. E não foi à toa que, passado o 14º Encontro, e

---

3 Segundo Ricoldi (2017) o GT “A mulher na força de trabalho” teria sido criado já no ano seguinte, em 1978, mesmo ano em que teria surgido o GT “Família e sociedade”. Costa e Bruschini (1992), entretanto, datam a criação do primeiro em 1979. Quanto ao GT “Mulher e Política”, também há controvérsias; conforme Ricoldi (2017), para algumas pesquisadoras teria sido em 1978, enquanto para outras em 1982. De qualquer modo, chama a atenção o fato de que, nos quatro anos que se seguem à fundação da principal entidade acadêmica nacional das Ciências Sociais, nada menos que três grupos de trabalho já se haviam constituído nesse domínio.

4 Para um cuidadoso estudo sobre a contribuição dos programas de pesquisa da Fundação Carlos Chagas para o desenvolvimento do campo dos estudos de gênero no Brasil ver Bruschini e Unbehaum (2002).

“embaralhadas as cartas” dos antigos GTs, constitui-se, em 1991, um novo (e único) Grupo de Trabalho, que passa a ter como objeto de sua reflexão o tema das “Relações sociais de gênero”.

Interessante notar que o nome escolhido para o GT era uma conciliação teórica encontrada, à época, para as duas grandes influências dos estudos feministas, isto é, a teoria anglófona do *Gender* (associada principalmente à Joan Scott) e a das Relações Sociais de Sexo, das pesquisadoras francesas, associada especialmente a Danièle Kergoat, com um papel importante de Helena Hirata como elo entre Brasil e França (RICOLDI, 2017, p. 11).

Nas duas seções subsequentes tratarei de explorar antecedentes e desdobramentos desse movimento, tomando como fio da meada o papel dessas duas autoras, que foram, ao mesmo tempo, pontes e tradutoras entre dois mundos intelectuais distintos. Para melhor organizar minha reflexão, usarei duas portas de entrada, aqui separadas apenas por clareza expositiva, mas perfeitamente imbricadas na vida social. Numa seção, pensarei o tema da transversalidade observando a constituição do campo de estudos sobre gênero e processos de trabalho. Noutra, farei o mesmo esforço tomando como ponto de partida os estudos sobre gênero e mercados de trabalho.

### **A transversalidade do gênero observada a partir dos locais de trabalho**

Assumir o partido metodológico da transversalidade do gênero, importou em recusar a mera inclusão da condição de sexo como mais uma dentre as variáveis que explicariam a diversidade nos resultados alcançados por homens e mulheres no que respeita ao acesso, mobilidade e remuneração nos postos de trabalho. Propugnava-se, antes, que a dimensão das relações sociais de sexo era constitutiva do modo como se estabeleciam as “relações sociais na produção”, antes que um determinante a elas externo. Indo ainda mais longe, assumia-se que o modo como essas relações se teciam nos cotidianos de trabalho era incompreensível, porque inseparável, da forma como a divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo se teciam no mundo extratrabalho. Essa perspectiva punha em questão categorias centrais aos campos da Sociologia do Trabalho em particular, e dos estudos do trabalho de maneira mais geral; a começar pela própria noção de trabalho e, por consequência, as de trabalhador, de relação de trabalho, de qualificação, carreiras, gestão e controle. Isso porque ela impunha não perder de vista os elos entre os domínios da produção e da reprodução, via de regra tratados, até então, de modo dissociado.<sup>5</sup>

Curioso notar que, conquanto a categoria de “transversalidade do gênero” tivesse ganho relevo com o Seminário Temático de 1990, esse entendimento já se fazia presente, para dizê-lo

---

5 Tal como documentaram Abramo e Abreu (1998), esse movimento também tem lugar entre autoras latino-americanas atuantes no campo de estudos de gênero e trabalho.

de algum modo, em estado prático, desde os anos 1980. Isso transparece tanto no Grupo de Trabalho voltado aos estudos do “Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais” (GT-30, da ANPOCS), quanto no Grupo de Trabalho voltado aos estudos sobre “A Mulher na Força de Trabalho”.

No primeiro, desde 1982, vinham se reunindo especialistas brasileiros no campo dos chamados “estudos do trabalho”. Um domínio fortemente multidisciplinar, onde era marcante a presença de pesquisadores provenientes da Sociologia, Antropologia, Psicologia, Gestão e Engenharia de Produção. A unificá-los o interesse pelos estudos das relações sociais tal como estabelecidas e negociadas nos cotidianos, maiormente (conquanto não exclusivamente) de natureza fabril. Sobre o objeto e a novidade do grupo, diria Alice Abreu em um balanço dos trabalhos apresentados quando do 7º e 8º Encontros da ANPOCS (ocorridos, respectivamente, em 1983 e 1984):

(...) os estudos que enfocam mais diretamente o processo de trabalho agregam algo realmente novo na literatura sociológica. Ao inverter a perspectiva tradicional, abandonando o sistema político como ponto de partida para a percepção do movimento operário e privilegiando a análise da experiência cotidiana de subordinação na esfera fabril, essa nova perspectiva enfatiza o processo de trabalho “*como um dos elementos cruciais através do qual a classe se constitui, ou seja, as formas de subordinação e resistência no contexto fabril passam a ser um elemento central para a compreensão da formação e trajetória da classe trabalhadora*” (Sorj, 1983). (ABREU, 1986, p. 84).

As inspirações para tais formulações refletiam o vigor com que nos chegava um marxismo renovado, seja pela história social inglesa (do que dá testemunho o recurso às noções de “experiência” e “formação de classe”, emprestadas de E.P. Thompson), seja pelo valor das observações das relações sociais na produção flagradas nos cotidianos de trabalho (ao modo da opção metodológica por etnografias em contextos fabris, propugnadas por M. Burawoy).

Essas inspirações darão acolhida a formulações sobre a necessidade de se entender as relações de produção – mesmo em suas formas mais imediatas e concretas expressas nos processos de trabalho – como estando determinadas por fatores de ordem mais ampla, relacionados a contextos históricos, políticos, culturais e ideológicos específicos (ABREU, 1986, p. 85). Nas palavras de Abreu, isso abre espaço

(...) para perceber que as relações de produção atualizam, muitas vezes, relações de poder que não emanam diretamente da esfera produtiva. Abre-se portanto todo um amplo espectro de análise onde a cultura, a questão do gênero e das relações familiares, das representações e percepções da realidade vivida ocupam um espaço tão significativo como o espaço usualmente atribuído a fatores de ordem política, econômica e tecnológica. (ABREU, 1986, p. 85-86).

O GT “Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais” deixa entrever, nesse entendimento, o peso de uma outra inspiração significativa, a saber, a dos estudos sobre o trabalho que

vinham realizando as feministas francesas capitaneadas por Danièle Kergoat, num pequeno e ativo grupo por ela criado, nos anos 1970, no Centre de Sociologie des Organisations (CSO), em Paris, voltado para estudar a divisão social e sexual do trabalho (DSST). Convencida da indissociabilidade entre o trabalho assalariado e o trabalho doméstico, Danièle fará desse elo um dos focos de interesse do grupo e veiculará seus achados em textos que marcaram o debate na virada dos anos 1970 a 1980 (KERGOAT, 1978, 1982; KERGOAT; ODILE, 1981) e que ecoaram fortemente no debate brasileiro, como veremos.

A esse pequeno grupo se integra, em 1977, a brasileira exilada Helena Hirata. Inicialmente na condição de trabalhadora temporária, Helena ganha, em 1980, o estatuto de pesquisadora (“Chargeé de Recherche”) do CNRS (Centre Nationale de la Recherche Scientifique), associada ao grupo de Kergoat (ACHIN, 2013). Rememorando esse período, numa entrevista concedida em 2013, dirá Hirata:

La question de la division sociale et sexuelle du travail était centrale. Il est certain que, quand on regardait les filiales et les maisons mères des firmes multinationales françaises et japonaises au Brésil, il sautait aux yeux que le traitement des femmes salariées n'était pas le même que celui des hommes : les procédés de recrutement et de sélection, de formation professionnelle, les salaires et les carrières étaient inégaux, et même, au Japon, très inégaux (ACHIN, 2013, p. 146).

A anistia lhe permitiu voltar ao Brasil, em 1979, para uma conferência na Bahia e para por a andar o projeto CNRS a que se refere acima, que consistia em comparar filiais e matrizes de empresas multinacionais japonesas e francesas implantadas no Brasil. Vários estudos de caso foram, então, conduzidos, recobrando setores como têxtil, eletrônico, vidro, agroalimentar e petroquímica. Múltiplas faces do taylorismo foram flagradas, em seu modo de realização bastante diverso entre os dois países. As culturas (nacionais, de empresa e operárias), tanto quanto as políticas sexuadas de gestão da mão de obra eram determinantes para se entender tal diversidade.

Nesse sentido, e como reconheceria Hirata anos depois (2002, p. 18):

(...) a adoção de uma problemática em termos de divisão sexual do trabalho significou uma ruptura teórica e epistemológica fundamental com a tradição da sociologia do trabalho francesa, centrada na figura arquetípica do operário qualificado, de sexo masculino, da grande empresa industrial, considerado universal.

Tal ruptura, como ela própria reconhece (HIRATA, 2002), impôs a adoção de novos pontos de partida em suas análises. Com eles, Hirata influenciaria o curso da Sociologia brasileira do trabalho, notadamente (mas não exclusivamente, como logo veremos) nos estudos sobre os processos e a organização do trabalho. Assim, ao imbricar produção e reprodução, trabalho doméstico e trabalho profissional, ela sublinhou a importância das relações entre homens e



mulheres para a eficácia produtiva. Do mesmo modo, mostrou que o estudo dos novos paradigmas de organização industrial carecia ser enriquecido com um enfoque que valorizasse a dimensão da subjetividade no trabalho; isso porque, somente pondo em relevo como sofrimento e prazer se enlaçam nos cotidianos se tornaria possível compreender como virilidade/feminilidade se expressavam, eram interpretadas, negadas ou exploradas nos cotidianos das firmas (HIRATA, 2002, p. 19).

A sua capacidade de interligar universos se expressaria tanto na produção de achados de pesquisa, por meio dos seus inúmeros estudos comparativos internacionais, como na animação de uma viva interlocução intelectual. Traspassando mundos (teóricos e empíricos), Hirata também os integrava. Essa sua virtude aproximou a academia brasileira da reflexão inovadora de Danièle Kergoat no que concerne ao tema da divisão sexual do trabalho. Em comunicação veiculada em 1984, por ocasião do 8º Encontro Anual da ANPOCS, a autora assim apresentava suas ideias sobre os elos entre qualificação e divisão sexual do trabalho, por ela discutidos a partir do caso francês:

Meu trabalho terá como objeto a qualificação do trabalho, e se referirá ao sexo dos trabalhadores em questão, para que situações profundamente diferentes não sejam ocultadas sob uma falsa uniformidade.

A noção de qualificação remete habitualmente a um duplo nível de análise: a qualificação dos empregos e a qualificação dos trabalhadores. Meu objetivo será de efetuar inicialmente uma análise crítica desse quadro conceitual mostrando suas insuficiências para, em seguida, propor um enfoque da qualificação operária em termos de divisão sexual do trabalho. (KERGOAT, 1984, p. 1)

Antes mesmo dessa primeira estadia de Kergoat, as suas ideias já circulavam nos meios intelectuais brasileiros, fazendo-se presentes nos trabalhos de autoras brasileiras como Cheywa Spindel (1984), Edna Castro (1984) e Maria Noemi Brito (1984), apresentados nesse mesmo evento. E não sem razão. Trocas intelectuais prévias haviam culminado no engajamento de brasileiras na rede intitulada “Articulation du système productif et des structures familiales: méthodologie des approches comparatives hommes-femmes”, liderada por Danièle Kergoat e Dominique Fougeyrollas. A rede ganhou corpo no X Congresso da International Sociological Association (ISA), realizado na Cidade do México, em 1982, congregando, além de pesquisadoras francesas, intelectuais do México, Canadá, Itália, Argélia e também do Brasil. Elisabeth Souza-Lobo, Leda Gitahy e Rosa Moises ali apresentaram a comunicação “La pratique ‘invisible’ des ouvrières”, enquanto Cheywa Spindel expôs a comunicação “L’allaitement maternel: un fait biologique, un acte social”.

Mas, a perspectiva da transversalidade de gênero também perpassa, mesmo se ainda em um estado prático, os debates que o GT-12 “A Mulher na Força de Trabalho” conduziu ao longo dos anos 1980, de certo modo prenunciando o Seminário Temático que se encarregou de colocar o conceito, de forma explícita, no centro da reflexão das Ciências Sociais, por ocasião

da ANPOCS de 1990. Com efeito, em seu balanço da produção brasileira sobre mulher e trabalho nos anos 1980, Lavinias e Castro (1992) destacaram que o tema da divisão social e sexual do trabalho se constituiu num dos focos principais de interesse do grupo. Estudos de caso em indústrias do vestuário (ABREU, 1979, 1981; SPINDEL, 1980; CAULLIRAUX, 1981), farmacêutica e cosméticos (MOYSES, 1985), eletroeletrônico (MOURA *et al.*, 1984) voltaram-se para entender os princípios que regiam tal divisão por sexo, caracterizando as relações de trabalho que se estabeleciam. Salientaram, ademais, a dimensão de dominação sexual presente na subordinação ao processo de trabalho; uma opressão que poderia passar pela disciplina do corpo, pela difusão de métodos de contracepção, pela impossibilidade de ascensão profissional para as mulheres, dentre outros. A fábrica recriaria, nesse sentido, a mesma forma de hierarquia social característica do patriarcado, no qual as mulheres se encontram sob o domínio direto dos homens (LAVINAS; CASTRO, 1992, p. 221).

Os trabalhos de Danièle Kergoat e do grupo de pesquisas sobre relações sociais de sexo, Atelier Production-Reproduction (APRE), constituído em 1982, são reconhecidos por Lavinias e Castro como “balizadores tanto metodologicamente (a análise concomitante das práticas sociais de homens e mulheres na esfera fabril) quanto na conceituação teórica” (LAVINAS; CASTRO, 1992, p. 221). Com efeito, o livro *O Sexo do Trabalho* circularia intensamente entre nós, tão logo veiculado em 1984 na França, graças à presença intelectual de Kergoat e Hirata no debate que era travado no Brasil e ao engajamento de brasileiras na articulação montada quando do X Congresso da ISA no México, de cuja agenda resultara a coletânea. A sua rápida tradução ao português (KARTCHEVSKY-BULPORT, 1987) dá conta do quanto essas ideias fertilizavam o nosso meio intelectual.

Por isso mesmo, a temática da divisão sexual do trabalho se constituía, no dizer de Lavinias e Castro (1992), numa das matrizes paradigmáticas definidoras do campo nesse momento. Não por acaso, no 8º Encontro da ANPOCS, em 1984, Kergoat se desdobrou, multiplicando a sua participação entre os grupos de estudos voltados ao tema dos elos entre sexo e trabalho. Assim, ao tempo em que se fez presente no GT-30, com o texto acima referido sobre qualificação e divisão sexual do trabalho, Kergoat também participou dos debates no GT-12, com uma comunicação sobre divisão social e sexual do trabalho (KERGOAT, 1984a). Nela, salientava o equívoco de uma extensão mecânica à produção dos princípios da divisão sexual do trabalho existentes no âmbito da família. Já no texto apresentado ao GT-30, sobre qualificação feminina e divisão sexual do trabalho, Kergoat ecoava o fértil argumento que esgrimira originalmente em um manuscrito de 1978, recuperado em recente estudo de Maria Abreu (2020, p. 38).

... toute approche du travail féminin doit être faite conjointement à l'analyse du statut et de la place des femmes dans l'univers de la reproduction ; temps de travail salarié et temps de travail domestique, apprentissage social par la petite fille de son rôle de future femme et déqualification féminine, absentéisme et temps total de travail (salarié et domestique), valeur-travail salarié mais aussi valeur-travail domestique... sont à analyser de pair. Ce travail reste à faire (Kergoat, 1978, p. 20).

Em sua intervenção no GT-12, o pensamento de Kergoat convergia com o que estava sendo simultaneamente posto sobre a mesa por Lobo (1984), ao salientar a estreita conexão existente entre divisão sexual e divisão social do trabalho, e o valor heurístico do estudo das práticas sociais, domínio onde se pode vir a flagrar a maneira como, em cada caso, combinavam-se as representações culturais sobre virilidade/feminilidade e as formas concretas de existência.

Pensando retrospectivamente, Danièle Kergoat demarcaria, em texto de 2014 (GALERAND; KERGOAT, 2014), os dois principais momentos no curso dessa reflexão feminista de corte materialista, capitaneada pela intelectualidade francesa de então. O primeiro seria marcado pela teorização acerca das relações sociais de sexo enquanto relações de produção ou de exploração, irredutíveis ao capitalismo. Nessa via de entendimento, o trabalho doméstico era caracterizado como trabalho explorado, o que conduziria a uma ruptura com as conceptualizações dominantes de “trabalho” e de “exploração”. O segundo momento seria caracterizado pela teorização acerca do “sexo do trabalho assalariado”, a qual conduziria às noções de divisão sexual do trabalho e de transversalidade e, conseqüentemente, à de consubstancialidade das diferentes relações sociais de exploração.

A noção de relações sociais de sexo fará o enlace (analítica e politicamente essencial) entre as diferenças e hierarquias que se traduzem em práticas que ligam o mundo doméstico e o mundo assalariado, família e trabalho, vida privada e vida profissional.<sup>6</sup> Vejamos.

### **O mercado de trabalho sob o prisma das relações sociais de sexo**

As várias gerações que realizavam a sua formação e/ou atuação profissional entre as décadas de 1970 e 1990 tiveram o privilégio de viver um momento dos mais férteis e desafiadores na história da produção acadêmica das Ciências Sociais, no que concerne aos estudos sobre o trabalho e o seu mercado. Pelo menos dois grandes bastiões na construção institucional desses estudos foram então desafiados. O primeiro deles foi a economia do trabalho de corte neoclássico, por vezes também chamada “ortodoxa”, a qual, por longo tempo, proporcionou as bases teóricas que formaram os quadros profissionais que, nesse domínio, viriam a atuar tanto no *mainstream* da academia, como no da gestão da política econômica. O segundo desses bastiões nos foi legado pelos organismos internacionais, particularmente a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ela foi a responsável por estabelecer, para dizê-lo de algum modo, as “regras de método”, fixando os modos de discernir e computar, de maneira internacionalmente comparável, os dados sobre o mercado de trabalho, assentados no consenso formado pelas burocracias dos vários governos nacionais, mediados supranacionalmente. Assim, definiram-se fronteiras centrais ao conhecer e ao agir, à academia e à política. O que é “trabalho” e o que é “inatividade”; o que é “emprego” e o que é “desemprego”; o que são “rendimento”, “salário”, “benefícios extrassalariais”.

---

<sup>6</sup> Para uma análise rica em documentação primária sobre esse momento, remeto ao refinado estudo de Maira Abreu, que vem realizando uma sócio-história do conceito de “relações sociais de sexo” (ABREU, 2020).

Naqueles anos, várias dessas categorias estavam sendo postas em xeque, redefinindo as fronteiras para o pensamento.

A começar, como já vimos na seção anterior, pelo que era considerado “trabalho”: que atividades, dentre as múltiplas e cotidianamente desempenhadas por homens e mulheres, poderiam ter o privilégio de ser abarcadas por essa categoria (e, assim sendo, serem medidas, comparadas, estudadas, teorizadas, mas também visibilizadas, retribuídas e protegidas)?

E a terminar pela própria noção de “mercado de trabalho”: como delimitá-lo? Como entender a sua dinâmica: como e quando nele se ingressa e como nele se transita ao longo da vida? Como se constroem as instituições do trabalho e do seu mercado, (re)construindo modos de agir, de pensar e de sentir a experiência vivida no trabalho e no mercado? Como se tecem e se transformam as relações sociais estabelecidas no mercado de trabalho (tanto nas situações de emprego, como nas situações de desemprego e de procura de trabalho)? E, sobretudo, como tais relações se integram com as experiências e práticas dos sujeitos trabalhadores em situações outras que não aquelas que entendemos como “de trabalho” ou “de mercado”?

Esse turbilhão de interrogantes foi sem dúvida devedor de alguns catalizadores. Tal como antecipado, o pensamento feminista foi um deles, ao interpelar o campo das Ciências Sociais do trabalho, reorganizando o caleidoscópio dos seus temas, de modo a recompor a sua agenda sob um prisma diverso, assentado nas duas categorias que, como vimos, se mostraram seminais: divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo.

Os estudos sobre os elos entre trabalho, extratrabalho, desemprego e inatividade podem ser tomados como um exemplo precioso para ilustrar tais desafios, bem como os caminhos analíticos trilhados para superá-los. As análises sobre o caso brasileiro, por seu turno, nos colocavam diante de uma realidade especialmente interessante. Não sem razão, o Brasil foi, pouco depois, referido por proeminentes autores europeus como uma sorte de “antiexemplo”. Beck (2000) chegaria a cunhar a palavra “brasilianização” para referir-se a um risco que se avizinharia das modernas sociedades do trabalho – o de “brasilianização do Ocidente”, para usar as suas palavras. A tendência à “multiatividade nômade” (outra imagem que usa para aludir ao caso brasileiro) seria o resultado da dissolução das regras e instituições sobre as quais haviam se erigido os mercados de trabalho na Europa.

Mas o que havia de brasileiro na chamada “brasilianização” dos mercados de trabalho, e como o feminismo nos ajudou a desvendá-lo? Algumas contribuições intelectuais produzidas à época, como a traçada por Helena Hirata ao redor do tema do desemprego, exemplificam uma forma refinada, nuançada e sólida de encarar o tema, sem carecer do recurso a metáforas retumbantes. Assim, muito antes do escrito de Beck, ainda nos anos 1980, Hirata debruçara-se sobre esse domínio, numa série de trabalhos pioneiros, conduzidos em parceria com John Humphrey, e realizados na cidade de São Paulo (HIRATA; HUMPHREY, 1984, 1985, 1987, 1987a, 1989, 1989a, 1992). A emergência de um movimento sindical pujante, com as greves metalúrgicas de 1978 e 1979 no ABC Paulista, a anistia e a eleição de governadores abertamente

oposicionistas em 1982 (o principal deles no estado de São Paulo) eram alguns dos sinais de que a ditadura cívico-militar chegaria ao fim.

Entretanto o revigoramento da política pela sociedade civil convivia com a expansão do desemprego no contexto de uma importante crise econômica e levaria a formas que não veríamos mais, no Brasil, de organização de desempregados (grades do Palácio de Governo chegaram a ser derrubadas, em São Paulo, em movimentos de massa no ano de 1984). Ecoando as demandas políticas dos trabalhadores, uma crítica às medidas do desemprego ganhou fôlego e levou o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) a produzir uma estatística alternativa para o desemprego, desafiando a medida governamental, que o subdimensionava. A métrica da OIT deixava escapar as múltiplas formas do desemprego, evidentes em países onde o emprego assalariado formal não se generalizara e onde a proteção social ao desemprego inexistia. Essas formas se ocultavam no trabalho precário, tornando fluida a fronteira entre ocupação e desemprego; mas se ocultavam também no desalento, estendendo a mesma fluidez à fronteira do desemprego com a inatividade. Ademais, na ausência de um sistema de proteção assentado em políticas do Estado, era na família e nas redes pessoais que se encontravam os meios para vencer as vicissitudes.

Hirata e Humphrey puseram em prática uma estratégia metodológica em tudo inovadora para capturar a dimensão transversal do gênero em ação na produção das desigualdades no mercado de trabalho: uma pesquisa de campo em fábricas, no ápice da crise econômica em 1982, e um levantamento domiciliar na saída dessa, em 1986. Essa combinação se encarregou de por em xeque ao menos três dentre as mais respeitáveis formulações em voga na academia: a de que as mulheres seriam parte de um exército de reserva; a de que as famílias agiriam estrategicamente alocando seus membros no mercado, “estratégias de sobrevivência” assentadas em uma *rationale* puramente econômica/de resposta à crise; e a de que o desemprego desorganizaria as famílias.

O feminismo permitia fazer a crítica do seu “outro significativo”, o marxismo. *Pari passu*, reelaborava-se igualmente o legado da chamada “Sociologia da Família”, que se tornara estranha aos estudos do trabalho, especialmente em sua vertente funcionalista, que dominara a academia até os anos 1970. Longe estavam, Hirata e Humphrey, de buscar fatores explicativos alternativamente do lado da família (que constrangeriam o emprego das mulheres) ou do lado do trabalho profissional (que explicaria a inclusão/exclusão dos homens). Para usar suas palavras, esse era um *détour* pouco habitual na Sociologia Industrial e na Sociologia do Trabalho (HIRATA; HUMPHREY, 1989a) que pouca atenção prestara, seja à observação do domicílio, seja ao estudo das trajetórias de operários e operárias.

Para Hirata, ao contrário, havia que articular sistemas produtivos e estruturas familiares, trabalho e família, trabalho e extratrabalho, público e privado. A intercomplementariedade entre as teorizações sobre mercados e processos de trabalho era reivindicada e praticada (HIRATA, 2002, p. 18), estando assentada no que Hirata e Humphrey denominavam uma teoria do sujeito sexuado. Assim, quando se tratava de entender o mercado de trabalho e, nesse, os movimentos da

mão de obra feminina, eram igualmente insuficientes – sempre quando tomados em separado – os determinantes vindos da dinâmica econômica conjuntural, os efeitos das mudanças técnico-organizacionais e os fatores relativos à subjetividade das trabalhadoras.

Nesse sentido, um enfoque da dinâmica do mercado de trabalho que privilegiasse o ponto de vista das relações de gênero teria que assumir que o problema do emprego não se esgotava apenas na consideração do que se passava no mercado de trabalho. Haveria que lançar mão de um enfoque assentado na transversalidade do gênero para dar conta da assimetria fundamental entre o (des)emprego e o trabalho, duas situações de natureza diferentes quando declinadas no masculino ou no feminino.

### **Interligando mundos e construindo uma nova Sociologia do Trabalho no Brasil: uma aventura coletiva**

Ao longo deste artigo, procurei tecer um argumento: mirando em retrospecto, poder-se-ia dizer que, nos anos 1980-1990, produziu-se uma virada teórico-metodológica no campo dos estudos brasileiros sobre o trabalho. Esta virada, em larga medida, resultou de uma aventura coletiva, sustentada numa colaboração transnacional que integrou especialmente intelectuais brasileiras e francesas – e o fez de maneira muito estreita.

Ao flexionar a minha última frase no feminino, quis aludir não apenas ao fato de que tal movimento consolidou a presença de acadêmicas na cena intelectual brasileira, mas que ela foi devedora do diálogo que se estabeleceu entre o que então se denominava como “os estudos do trabalho” e “os estudos da mulher”. Um diálogo que oxigenou a agenda de debates, mas não sem dificuldades, posto que interpelava categorias caras ao marxismo, abordagem que então provia a armadura teórica hegemônica no campo. “Força de trabalho”, “exército de reserva”, “valor”, “exploração” – e até mesmo “trabalho” – eram noções que precisavam ser repensadas (algumas delas foram mesmo abandonadas) quando se tomava a perspectiva epistemológica que reconhecia as diferenças nas experiências laborais de homens e mulheres como fundantes da vida em sociedade.

Essa crítica da crítica (então em voga) acerca da natureza das relações de trabalho sob o capitalismo vinha talhada numa experiência tão militante quanto a daqueles a quem se criticava, a experiência do feminismo. Teorizando o modo como relações sociais de sexo permeavam todas as esferas da vida em sociedade – aí compreendida a esfera do trabalho, imbricando-se de modo consubstancial à dinâmica das relações de classe – essas autoras demandavam uma nova arquitetura teórica, capaz de enlaçar a experiência privada e a pública, a vida doméstica e a vida mercantil, o trabalho e o extratrabalho, trazendo para a frente da cena categorias como “experiência” e “subjetividade”, centrais para desvelar “práticas (tornadas) invisíveis”.

Disso resultava a necessidade de confrontar o desafio da interdisciplinaridade. A Sociologia do Trabalho não poderia se contentar apenas em ser a cereja do bolo de uma

economia das relações mercantis. Havia que dialogar com a nova História Social do Trabalho, entender a psicodinâmica das relações de trabalho, refletir sobre a performatividade das teorias de gestão, penetrar o mundo de significados e representações construídos pelos sujeitos e que pautam as suas práticas, ancorando as interações nos cotidianos em que o trabalho se exerce, seja ele socialmente reconhecido e valorado como tal, ou não.

Múltiplas foram as avenidas pelas quais o enfrentamento desse desafio ganhou consequência. Neste artigo, procurei valorizar apenas um dentre esses itinerários, aquele que se assentou na perspectiva da “transversalidade do gênero”. Do ponto de vista intelectual, tal perspectiva nos ajuda a entender como se realizou a virada metodológica – que veio oxigenando o campo dos estudos do trabalho no Brasil ao longo dos trinta últimos anos –, assentada na recusa a atribuir à condição de sexo o estatuto de mera variável independente, acionada para explicar a diversidade nos resultados alcançados por homens e mulheres tanto no acesso como na mobilidade e remuneração profissionais. Isso trouxe, como consequência teórica, assumir que a natureza das relações sociais de sexo nos cotidianos de trabalho seria incompreensível uma vez dissociada da análise sobre as formas pelas quais a divisão sexual do trabalho se constituía no mundo extratrabalho.

As protagonistas desse esforço foram estudiosas das interfaces entre gênero, processos e mercados de trabalho, que conseguiram incluir tal debate na agenda da recém-constituída Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), notadamente via os GTs “Processo de trabalho e reivindicações sociais” e “A mulher na força de trabalho”. Vemos, então, como (e não por acaso) dois cursos se entrelaçam: o da reconfiguração dos estudos do trabalho e o da institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. Uma verdadeira aventura coletiva.

Duas intelectuais sediadas fora do Brasil foram decisivas nesse movimento, Daniele Kergoat e Helena Hirata. “Tradutoras”, por vezes, “pontes”, em outras ocasiões, elas interligaram e fertilizaram reciprocamente mundos acadêmicos diversos, chamando nossa atenção para o valor heurístico de uma sociologia da circulação das ideias e intelectuais. Assim, ao retrazar os caminhos pelos quais suas ideias penetraram o debate brasileiro, foi possível acompanhar, neste artigo, não apenas como se reconfigurava um campo de estudos, mas como se institucionalizavam, nos nossos domínios disciplinares, novos espaços, regras e rituais de reconhecimento e consagração na vida intelectual. O partido analítico que assumi nos permitiu acompanhar o delicado entrecruzamento entre histórias pessoais, intelectuais e institucionais.

## Referências

ABRAMO, Laís; ABREU, Alice Rangel de Paiva. Gênero e Trabalho na Sociologia Latino-americana. Uma introdução. In: ABRAMO, Laís; Abreu, Alice Rangel de Paiva. (org.). **Gênero e Trabalho na Sociologia Latino-Americana**. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998. (Série II Congresso Latino-americano de Sociologia do Trabalho). p. 9-21.

- ABREU, Alice R. de Paiva. Algumas considerações sobre a posição trabalhista de costureiras externas na indústria da confecção no Rio de Janeiro. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 5., 1981, Friburgo. Mimeografado. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/5-encontro-anual-da-anpocs/gt-6/gt12-5> Acesso em: 20 fev. 2020.
- ABREU, Alice R. de Paiva. O mundo da costura: algumas considerações sobre trabalho assalariado e atividades independentes na indústria de confecção. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 3, 1979, Belo Horizonte. Mimeografado. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/3d-encontro-anual-1979/gt-4/gt12-3/5504-aabreu-o-mundo-da/file> Acesso em: 20 fev. 2020.
- ABREU, Alice R. de Paiva. Processo de trabalho e Ciências Sociais: a contribuição do GT “Processo de trabalho e reivindicações sociais”. *In: MUÇOUÇAH*, Paulo Sergio (coord.). **Ciências Sociais Hoje, 1986**: a questão urbana, processo de trabalho, a questão agrária, elites políticas, cultura e política. São Paulo: ANPOCS: Ed. Cortez, 1986. p. 80-113.
- ABREU, Maira Luiza Gonçalves de. Gênese e debates em torno do conceito de *relações sociais de sexo*: por uma sócio- história de um debate. **Relatório Parcial de Atividades**. Paris, França: Bolsa de Pós-Doutorado Fapesp/ Universidade de São Paulo, set. 2020. 78 p.
- ACHIN, Catherine *et al.* L'art de l'enquête collective sur la division sociale et sexuelle du travail. Entretien avec Helena Hirata. **Mouvements**, Paris, n. 76, p. 138-152, 2013-2014.
- ALVAREZ, Sonia E. **Engendering Democracy in Brazil: Women's Movements in Transition Politics**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1990.
- BECK, Ulrich. **Brave new world of work**. Cambridge: Polity Press, 2000.
- BRITO, Maria Noemi Castilhos. Da fábrica ao sindicato: a construção da militante operária. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 8., 1984, Caxambu. Mimeografado. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/8-encontro-anual-da-anpocs/gt-9/gt30-4> Acesso em: 20 fev. 2020.
- BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra. Os programas de pesquisa da Fundação Carlos Chagas e sua contribuição para os estudos de gênero no Brasil. *In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra. (org.). Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Editora 34, 2002. p. 19-58.
- CASTRO, Edna. Processo de trabalho, qualificação e trajetórias profissionais em Belém. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 8., 1984, Caxambu. Mimeografado. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/8-encontro-anual-da-anpocs/gt-9/gt30-4> Acesso em: 20 fev. 2020.
- CAULLIRAUX, Heitor. Formas de resistência na indústria do vestuário. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 5., 1981, Friburgo. Mimeografado. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/5-encontro-anual-da-anpocs/gt-6/gt12-5> Acesso em: 20 fev. 2020.
- COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. (org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- GALERAND, Elsa; KERGOAT, Danièle. Les apports de la sociologie du genre à la critique du travail. **La nouvelle revue du travail**, Paris, n. 4, n.p., 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nrt/1533> Acesso em: 20 nov. 2020.
- HEILBORN, Maria Luiza. Fazendo gênero? A Antropologia da mulher no Brasil. *In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. (org.). Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos Fundação; São Paulo: Carlos Chagas, 1992. p. 93-126.
- HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Ed. Boitempo, 2002.



- HIRATA, Helena; HUMPHREY, John. Crise económica et emploi des femmes: une étude de cas dans l'industrie brésilienne. **Sociologie du travail**, França, n. 3, p. 278-289, 1984.
- HIRATA, Helena; HUMPHREY, John. Economic crisis and the sexual division of labour: The case of Brazil. **Capital and Class**, Reino Unido, n. 24, p. 45-58, 1985.
- HIRATA, Helena; HUMPHREY, John. Des limites d'une approche par l'entreprise des problèmes de l'emploi et du chômage. **Cahiers CLERSE**, França, n. 2, p. 317-326, 1987.
- HIRATA, Helena; HUMPHREY, John. Familles ouvrières face à la crise. **Les Temps Modernes**, França, v. 42, n. 491, p. 103-120, 1987a.
- HIRATA, Helena; HUMPHREY, John. Desemprego oculto pelo trabalho precário: operários industriais na Grande São Paulo. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 3, n.1-2, p. 84-91, 1989.
- HIRATA, Helena; HUMPHREY, John. Trabalhadores desempregados: trajetórias de operárias e operários industriais no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 71-84, 1989a.
- HIRATA, Helena; HUMPHREY, John. Crise económica et trajectoires professionnelles. Ouvrières et ouvriers dans l'Etat de São Paulo (Brésil). In: PINTON, Florence; LECARME Mireille (org.). **Relations de genre et développement**. Femmes et sociétés. Paris: ORSTOM, 1992. p. 249-276.
- KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- KERGOAT, Danièle. Ouvriers=ouvrières? **Critiques de l'économie politique**, França n. 5, p. 65-97, out./dez. 1978.
- KERGOAT, Danièle; ODILE, Chenal. Production et reproduction : les jeunes travailleuses, le salariat et la famille. **Critique de l'économie politique**, França, n. 17, p. 118-139, 1981.
- KERGOAT, Danièle. **Les ouvrières**. Paris : Le Sycomore, 1982.
- KERGOAT, Danièle. Qualification et division sexuelle du travail. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 8., 1984, Caxambu. Mimeografado. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/8-encontro-anual-da-anpocs/gt-9/gt30-4> Acesso em: 20 fev. 2020.
- KERGOAT, Danièle. A divisão social e a divisão sexual do trabalho. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 8., 1984a, Caxambu. Mimeografado.
- KERGOAT, Danièle. Des rapports sociaux de sexe et de la division sexuelle du travail. **Cahiers du GEDISST**, França, n. 3, p. 23-26, 1992.
- LAVINAS, Lena; CASTRO, Mary Garcia. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. (org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 216-251.
- LOBO, Elisabeth Souza. A divisão sexual do trabalho e as Ciências Sociais. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 8., 1984, Caxambu. Mimeografado.
- MOURA, Edila F. *et al.* A utilização do trabalho feminino nas indústrias de Belém e Manaus. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 8., 1984, Caxambu. Mimeografado.
- MOYSES, Rosa L. Considerações sobre o processo de trabalho e a divisão sexual do trabalho em indústrias farmacêuticas e de perfumaria e cosméticos. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS 9., 1985, Águas de São Pedro. Mimeografado.
- RICOLDI, Arlene Martinez. Trabalho, Família e Política: Os estudos de gênero e os Grupos de Trabalho na Anpocs. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41., 2017, Caxambu. **Anais do 41 Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2017. p. 1-17. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs/gt-30/gt13-17>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. *In*: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. (org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.15-23.

SPINDEL, Cheywa. A mulher na indústria do vestuário. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 4., 1980, Rio de Janeiro. Mimeografado. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/4-encontro-anual-da-anpocs/gt-5/gt12-4> Acesso em: 20 fev. 2020.

SPINDEL, Cheywa. O menor assalariado registrado. Uma categoria em expansão. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 8.,1984, Caxambu. Mimeografado.

**Recebido em 02/04/2020**

**Aceito em 26/11/2020**